

## Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um clipping de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 19 de agosto de 2010  
O Estado de S. Paulo/BR  
Ministério da Saúde | Institucional*

## **Contra preço baixo, cirurgiões cardíacos defendem boicote ao SUS**

VIDA

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular lançará uma campanha nacional para que os seus 1,2 mil associados deixem de operar pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A medida drástica é uma retaliação contra o preço pago para a equipe - cerca de R\$ 940 para quatro cirurgiões e outros dois profissionais, no caso de uma cirurgia de revascularização (ponte de safena). No Rio, planos de saúde pagam até R\$ 13,5 mil pelo procedimento.

A crise atinge alguns Estados - Goiás não faz cirurgias cardíacas eletivas desde 2 de dezembro. O Ministério Público intermedeia negociações entre médicos e a Secretaria de Saúde da Bahia para evitar que o serviço seja paralisado.

Em São Paulo, os médicos ainda se organizam para criar uma cooperativa. O foco será a negociação com planos de saúde, que pagam cerca de R\$ 1,5 mil por cirurgia para a equipe. No Rio, os cirurgiões cardiovasculares anunciaram que vão interromper as cirurgias em outubro nos hospitais conveniados ao SUS. "O cirurgião cardiovascular hoje paga para trabalhar. Ele passa entre quatro e seis horas num centro cirúrgico, tem de ficar de sobreaviso para o caso de alguma intercorrência após a operação e, depois de 60 dias, recebe pouco mais de R\$ 100 por aquele trabalho. É menos de R\$ 30 por hora", afirma Ronald Souza Peixoto, presidente da cooperativa que reúne os 102 cirurgiões cardiovasculares do Rio.

Em 2009, esses médicos fizeram 8.303 cirurgias eletivas no Estado - aquelas que não são de emergência, como troca de válvulas cardíacas. Hoje, o paciente enfrenta uma fila de até seis meses para conseguir atendimento.

A briga com os Estados e municípios ocorre porque a lei prevê que as secretarias de Saúde façam a complementação do que é pago pelo SUS. De acordo com a sociedade, só Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Paraíba pagam a diferença.

Segundo Gilberto Venossi Barbosa, presidente da sociedade, a baixa remuneração tem feito com que menos médicos escolham a carreira. "O que explica que o SUS pague R\$ 6 mil por um transplante hepático e a metade disso para o transplante cardíaco, que é uma cirurgia muito mais complicada?"

O secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, considera a remuneração das cirurgias cardíacas compatível com os recursos do SUS. "Não há como fazer comparações com o que é pago pelos planos", disse. Ele observou que o per capita na área privada é de cerca de R\$ 1,4 mil, bem mais que o per capita do sistema público, que não chega a R\$ 700. "Há subfinanciamento do setor", resume.

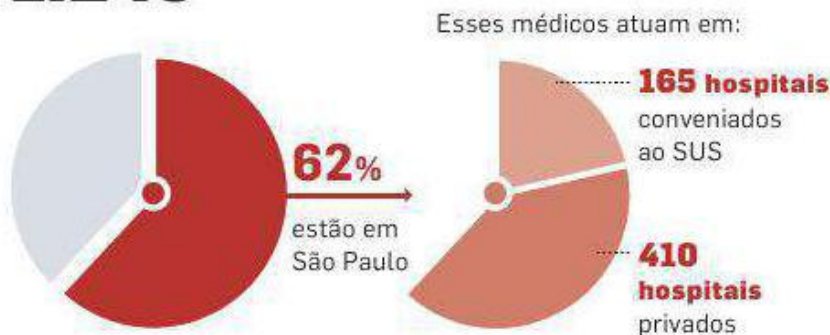
"A tabela apresenta uma remuneração compatível com os recursos existentes." Beltrame ressaltou que não recebeu reclamação formal dos cardiologistas sobre a baixa remuneração. "Estamos abertos ao diálogo." / COLABOROU LÍGIA FORMENTI

## REDE DE ATENDIMENTO

### ● Médicos pressionam governo por reajuste nos valores pagos por cirurgia cardíaca

Número de cirurgiões  
cardiovasculares do Brasil

**1.240**



**116 mil**

cirurgias cardíacas são realizadas por ano



FONTE: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR

INFOGRÁFICO/AE

*Brasília, 19 de agosto de 2010  
Folha de S. Paulo/BR  
Ministério da Saúde | Institucional*

## **Médicos residentes decidem continuar greve em todo país**

*COTIDIANO  
DE BRASÍLIA*

A comissão nacional de greve dos médicos residentes decidiu manter a paralisação iniciada na última terça-feira. A categoria rejeitou a proposta do governo de reajustar em 20% a bolsa-auxílio, hoje no valor de R\$ 1.916. De acordo com nota divulgada pela ANMR (Associação Nacional dos Médicos Residentes), a decisão foi tomada porque o valor foi considerado muito distante do aumento reivindicado, de 38,7%.

O último reajuste da bolsa ocorreu no final de 2006. A inflação acumulada desde então ficou em 20%, mas os residentes afirmam que o valor pedido por eles inclui promessa feita pelo governo naquele ano. Durante a paralisação, os profissionais que aderiram ao movimento só realizarão atendimentos de urgência e emergência. A ANMR estima que cerca de 18 mil dos 22 mil residentes que atuam no país participam da greve da categoria.

Hoje de manhã, os médicos residentes do Rio de Janeiro faz em uma manifestação na Cinelândia, no centro da cidade. Ao todo, são 4.620 médicos residentes no Rio -950 deles trabalham nos seis hospitais federais do Estado. De acordo com as secretarias estadual e municipal de Saúde, e com o Ministério da Saúde, não há problemas de atendimento nas unidades da rede pública. Foram registrados apenas alguns atrasos, considerados normais.

*Brasília, 19 de agosto de 2010  
Gazeta do Povo - Curitiba/PR  
Ministério da Saúde | Institucional*

## **Dinheiro para a saúde**

*OPINIÃO*

Propostas para melhorar e ampliar os serviços de saúde oferecidos gratuitamente à população constituem prioridades entre os temas de campanha dos candidatos à Presidência da República. Não faltam promessas. No entanto, não estão bem claras as fontes de financiamentos dos avanços propostos.

Tal situação deve ser reparada, e é fundamental que o eleitor seja bem informado a esse respeito. Trata-se de dinheiro público. Por oportunismo, desde o início deste ano eleitoral reacendeu-se a idéia de implementação da CSS (Contribuição Social da Saúde). Tal obrigação fiscal passou a ser conhecida como nova CPMF (a original foi extinta em dezembro de 2007), e prevê alíquota de 0,1% incidente sobre movimentação financeira.

A proposta foi aprovada pela Câmara em junho de 2008, mas sua implementação não pôde ser feita. É que, até hoje, falta ser concluída a votação do projeto de lei que regulamenta a Emenda Constitucional 29 e cria a CSS. Caso a votação não ocorra agora, a iniciativa terá de começar do zero na próxima legislatura, que se inicia em 1º de fevereiro de 2011.

Isso causa apreensão aos municípios que vislumbram na nova contribuição uma forma de assegurar o recebimento de mais recursos para o setor de saúde. Muitas cidades já aplicam percentual de arrecadação superior aos 15% previstos em lei, dificultando a execução orçamentária. Enquanto a União destina apenas 6%, conforme a queixa de prefeitos. Na verdade, porém, maior destinação de recursos federais depende da sensibilidade do Palácio do Planalto.

Em relação à CSS, há que se considerar que para a sociedade o aumento da já gigantesca carga tributária é absolutamente indesejável. Caso isso ocorra, sob qualquer pretexto, os mais prejudicados serão aqueles que mais precisam de atendimento em postos e hospitais de saúde. As camadas populacionais de baixa renda são as que mais pagam impostos, proporcionalmente, conforme comprovado por diversos estudos. Haveria agravamento dessa injustiça social.

Vale lembrar que os recursos que eram arrecadados por meio da CPMF, em torno de R\$ 40 bilhões por ano, não se destinavam integralmente ao setor de saúde, ao contrário do previsto. Apenas 42% chegavam a esse setor, segundo dados do próprio governo.

Também deve ser ressaltado que a saúde passou a receber menos da União depois que a CPMF foi extinta. Sem essa contribuição e com a regulamentação da Emenda 29 ainda pendente, o Executivo federal vem aplicando mais do que determina a referida emenda. Isso deixa claro que os recursos para essa área - como para qualquer outra -, são graduados conforme vontade política e critérios de gestão orçamentária. Se a Emenda 29 estivesse em vigor, o piso obrigatório para a saúde estaria em R\$ 60,9 bilhões. No entanto, o montante é maior. Em 2010, o orçamento global do Ministério da Saúde está em R\$ 65 bilhões, já com créditos adicionais aprovados. Tal destinação é facilitada pelo crescimento continuado da arrecadação de tributos federais - reflexo da expansão das atividades econômicas.

De acordo com dados do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), em 2010, dos R\$ 65 bilhões orçamentados, já foram efetivamente gastos R\$ 31,04 bilhões. Essa é mais uma razão que torna injustificável a orquestração para a volta da CPMF sob novo rótulo. Por certo, o surgimento de nova contribuição provocaria embate no âmbito da Justiça. A cumulatividade do tributo seria apontada como um dos impeditivos.

## **Filantropicos terão verbas**

### **BRASIL**

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou no 20º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, em Brasília, a criação de uma linha de crédito de R\$ 500 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para esse tipo específico de estabelecimento de saúde. A novidade faz parte do Programa BNDES de Apoio às Instituições de Saúde, o BNDES Saúde, que acaba de ser desenvolvido pela Secretaria Executiva do ministério e pelo banco de fomento.

O ministro ainda assinou no evento, na noite desta terça-feira (17), a Portaria que regulamenta o processo de concessão e renovação dos certificados das entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito do Ministério da Saúde.

A nova linha de crédito do BNDES Saúde deve propiciar capital de giro para obras civis, aquisição de softwares, máquinas e equipamentos, além de treinamento de pessoal, entre outras alternativas. O objetivo é fortalecer a capacidade de atendimento, modernizar e melhorar a gestão das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos que ofereçam 60% de seus serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esses estabelecimentos de saúde destinam hoje 121 mil leitos ao SUS, entre os 366,8 mil existentes em todo o país. Ou seja, representam 32,9% dos leitos do SUS no Brasil. Somente em 2009, o Ministério da Saúde repassou R\$7,2 bilhões às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, para custeio à realização de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, incluindo exames, consultas e cirurgias. É um aumento de 63,3% em relação aos repasses do ano de 2004.

O número de consultas especializadas (em oftalmologia, cardiologia e oncologia, por exemplo) realizadas nesse tipo de estabelecimento de saúde cresceu mais de 10 vezes nos últimos seis anos. Em 2004, foram realizadas 1.106.967 de consultas especializadas. Já em 2009, o número de consultas desse tipo foi de 11.595.827. Por isso, a preocupação do governo federal em criar incentivos aos estabelecimentos que prestam efetivamente serviços pelo SUS.

Para a efetivação prática do BNDES Saúde, será firmado um Protocolo de Ação Conjunta entre o Ministério da Saúde e o BNDES, que já trabalhavam desde o ano passado no BNDES Saúde. A previsão de assinatura é de três semanas.

## Morte no posto de saúde

### CIDADE

Governo abre sindicância para apurar se houve negligência no caso de um homem que não resistiu enquanto esperava atendimento no Recanto das Emas

Saulo Araújo

A Secretaria de Saúde abriu sindicância para apurar a morte de um homem, na noite da última terça-feira última, no Posto de Saúde Nº 2 do Recanto das Emas. O porteiro Sérgio Ricardo dos Santos, 38 anos, chegou à unidade por volta das 19h, com dificuldade para respirar. Ele esperou atendimento por quase 20 minutos. Quando dois médicos apareceram para prestar socorro, já era tarde. O paciente já estava morto. Para a esposa da vítima, Evernice Silva Guimarães, 29, houve negligência. Meu marido estava perdendo a respiração aos poucos dentro do carro. Se algum especialista tivesse chegado, ele poderia estar vivo.

Simplesmente ficaram todos (funcionários) de braços cruzados dizendo que não tinha médico para o caso dele, desabafa. O porteiro já havia sido internado na sexta-feira passada no Hospital Regional da Asa Norte (Hran), com suspeita de pedra nos rins. Depois de ser medicado, ele recebeu alta. No domingo, começou a sentir fortes dores no peito e também na perna esquerda. Achou que estava com gases e preferiu não ir ao hospital. Na terça-feira à noite, Sérgio assistia à televisão no sofá de casa quando sentiu a visão escurecer e, em seguida, desmaiou. Evernice, desesperada, pediu ajuda.

Um vizinho o colocou dentro do carro e o levou ao posto de saúde, que fica menos de dois quilômetros da residência da família, na Quadra 601 do Recanto das Emas. Durante o percurso até a unidade de saúde, Evernice tentou reanimar o marido com massagem no peito. Ao chegar ao posto, ela chamou uma enfermeira, mas a servidora teria informado que ninguém poderia atendê-lo. A família, com a ajuda de pessoas que aguardavam atendimento no local, carregou Sérgio até uma sala dentro do posto. Somente após muita insistência, dois pediatras apareceram. Eles fizeram massagem cardíaca no porteiro, aplicaram medicação, mas Sérgio não resistiu.

De acordo com o diretor-geral da Regional de Saúde do Recanto das Emas, Paulo Uchôa, o procedimento adotado pelos profissionais da unidade foi correto. O posto, depois das 19h, só atende a especialidades de clínica-geral e de pediatria. As pessoas acham que se forem ao posto vão encontrar solução para tudo, mas não é bem assim, justifica.

O diretor também minimizou o fato de dois pediatras realizarem os primeiros socorros. Pediatra é médico, cardiologista é médico, ginecologista é médico. Independentemente da especialidade, ele sabe agir num momento de emergência, complementou Paulo Uchôa.

## Apatia

No entanto, um servidor do posto contou ao Correio que os dois clínicos escalados para o plantão noturno não foram trabalhar. Isso ocorre com frequência. É comum os médicos faltarem ou encerrarem o expediente antes do horário, denuncia.

A auxiliar de serviços gerais Antônia Aparecida do Nascimento, 42 anos, confirma a ausência dos profissionais. Ela ficou revoltada com a apatia dos funcionários do posto diante de uma situação tão grave. O homem estava com a pele preta, a língua enrolando, com dificuldade para respirar e ninguém se comoveu com isso. Agente teve que ameaçar invadir a sala onde eles estavam para que tomassem alguma providência. Pena que chegaram muito tarde, lamentou Antônia, que esperava atendimento há 40 minutos para a filha de seis anos, que estava com febre.

Essa é a segunda morte (1) em menos de quatro dias por suspeita de falta de atendimento na rede pública do DF. No último dia 14, Maria Lucas Barbosa da Silva, 56 anos, morreu após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC). Ela aguardava, há sete dias, pela internação na Unidade Intensiva de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Regional de Santa Maria, mas não conseguiu vaga.

O GDF garantiu que o contrato com a gestora da unidade médica, Real Sociedade Espanhola Beneficência, será revisto.

## **1 – Acompanhamento**

O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Júnior, está acompanhando os dois casos de perto e hoje, deve se reunir com representantes da Secretária de Saúde para discutir melhorias na área da saúde e evitar mais mortes.

*Brasília, 18 de agosto de 2010*

*Portal Terra Magazine/ São Paulo/SP*

*Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Conselho Nacional de Saúde*

## **Médico que só pensa em dinheiro é uma derrota, diz Conselho**

*Carolina Oms*

*Especial para Terra Magazine*

O Brasil está formando profissionais "profundamente mercantilistas" na área da saúde. Esse é o diagnóstico de Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde, sobre a greve dos médicos residentes e sobre a atual situação do sistema público de saúde brasileiro.

- Os profissionais acham, equivocadamente, que o caminho para ser bem remunerado é trabalhar em dois, três lugares. Trabalhador da saúde que exerce seu trabalho pensando somente em dinheiro é uma derrota.

Nesta segunda-feira, 17, médicos residentes de todo o país entraram em greve reivindicando reajuste de 38,7% na bolsa-auxílio. A greve de médicos peritos do INSS dura quase dois meses, a principal exigência é redução da jornada.

A Terra Magazine, o presidente defendeu, como uma das soluções para os impasses, a criação de uma carreira única na Saúde, que envolva médicos, fisioterapeutas, psicólogos e farmacêuticos.

"Hoje, o discurso é um só: Falta médico em todo o país. É óbvio que não falta médico, não do ponto de vista de profissional no mercado".

- A população só cobra do poder público o médico, ela pensa que tendo um médico está resolvida a situação, não está. Uma das grandes dificuldades que o sistema de saúde tem hoje é essa profunda dependência do médico, as pessoas só falam em médico. Se todo mundo só quer contratar médico, os caras se supervalorizam e cobram salário diferenciado. Os residentes começaram cedo, fizeram greve e já conseguiram 20% de aumento, nem começaram a exercer a profissão ainda.

Questionado se concordava com as reivindicações salariais dos médicos, Batista afirmou que não entraria no "mérito da questão": "Não estou discutindo se é justo ou não o médico ganhar R\$ 8000 por 20 horas, mas nós consideramos que esse tipo de iniciativa se contrapõe à construção coletiva do SUS".

- Os peritos do INSS estão exigindo jornada de 6 horas diárias, eles foram contratados para trabalhar por dedicação exclusiva e têm um salário excelente.

O Conselho Nacional de Saúde propõe, "não só para resolver a situação dos médicos, mas como instrumento de qualificação profissional" a criação do serviço civil da saúde que obrigaria cada médico recém-formado a trabalhar no mínimo um ano no sistema público de saúde:

- As pessoas saem da universidade hoje sem saber o que é SUS, saem para exercer sua função no mercado de trabalho, na saúde privada, isso é um equívoco.

O Conselho Nacional da Saúde faz parte da estrutura do Ministério da Saúde e é garantido pela Constituição Federal. Sua função, segundo Batista, é "propor e deliberar sobre todas as políticas de saúde a serem criadas e implantadas e fiscalizar todas as ações, inclusive no aspecto financeiro".

Para tal, politicamente, o órgão independente do Governo Federal e seu conselho é composto por 50% de usuários, 25% de trabalhadores e 25% de prestadores de serviço e gestores. O presidente não é indicado pelo governo, mas eleito por esses conselheiros. "Nós temos absoluta autonomia", garante o presidente.

#### **Expediente**

##### **Carta Eletrônica do CNS**

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 19 de agosto de 2010.  
Secretaria Executiva do CNS  
Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde